

Apresentação do dossiê: campanhas para a erradicação do racismo na Educação Superior na América Latina (cátedra UNESCO-UNTREF): relatos e experiências (período 2020-2022)

Karla Leandro Rascke¹

María Verónica Miranda²

Henry Steven Rebolledo Cortes³

DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/tellus.v24i52.1012>

As atividades desenvolvidas a partir da Cátedra UNESCO-UNTREF: “Educação Superior e Povos Indígenas e Afrodescendentes na América Latina”, assim como as realizadas a partir de outras Instituições de Educação Superior (IES) em nossa região, tornam-se fundamentais para visibilizar as múltiplas formas de combater a violência racial, dentro e fora dos espaços educativos.

O racismo, como sistema ideológico, intensifica-se hoje em nossas sociedades, atendendo aos direitos fundamentais das populações indígenas e afrodescendentes, dizimando vidas e obstaculizando o desenvolvimento adequado desses povos e comunidades. A falta de acesso a bens e serviços fundamentais, produto de um sistema de desigualdades estruturais, sistêmicas e institucionais, afeta profundamente a vida das pessoas.

Os dispositivos educativos têm um papel prioritário na geração e transmissão de conhecimentos, valores, práticas e sentimentos socialmente compartilhados. Uma educação antirracista torna-se indispensável para pensar a função social das Instituições de Ensino Superior (IES), questionando os impulsos de reprodução das estruturas racistas e sua matriz histórica de desigualdade, e apostando em seu papel transformador, na busca de uma educação emancipatória, inclusiva e baseada na justiça curricular, como primeira condição da justiça social.

¹ Unifesspa, Marabá, Pará, Brasil.

² Universidade Nacional da Patagônia, San Juan Bosco, Argentina.

³ Universidade Nacional Aberta a Distância (UNAD), Colômbia.

A partir desta perspectiva, o presente Dossiê propõe conhecer, reconhecer e valorizar as distintas produções de equipes acadêmicas e territoriais que desenvolvem importantes atividades e experiências na luta contra o racismo em diferentes Instituições de Educação Superior (IES) da América Latina, a partir da “Iniciativa para a Erradicação do Racismo na Educação Superior”, organizada pela Cátedra UNESCO-UNTREF: “Educação Superior, Povos Indígenas e Afrodescendentes na América Latina”. Com esta Cátedra desenvolveu-se a Primeira, Segunda e Terceira Campanha contra o Racismo na Educação Superior, nos anos de 2020, 2021 e 2022, respectivamente.

O Dossiê é proposto como um espaço de compilação, diálogo e articulação das distintas propostas, experiências e informações surgidas nas campanhas mencionadas, as quais contaram com a participação de mais de 70 universidades, organizações sociais e instituições de educação superior da América Latina e no Caribe. Suas equipes de trabalho desenvolveram múltiplas ações com a intenção de visibilizar, refletir e executar ações estratégicas para combater o racismo nas IES e na sociedade em geral.

Este Dossiê constitui espaço de recuperação e construção coletiva de práticas e conhecimentos, e é orientado para o fortalecimento dos vínculos profissionais, institucionais e humanos. Esperamos que esta difusão contribua para motivar a criação e o desenvolvimento de outras propostas concretas em matéria de políticas públicas e institucionais para a erradicação do racismo.

A elaboração de diagnósticos institucionais que as equipes de trabalho têm desenvolvido expõe a validade de práticas, saberes e relações interpessoais que se sustentam em estruturas históricas de discriminação racial, explícita e/ou sutil, dentro e fora dos estabelecimentos de ensino. Ao mesmo tempo, permite visualizar o que acontece dentro das IES, o que não se fala, o que é invisível, mas transmitido através de um currículo oculto, incontestado, funcional à lógica de saber/poder exclusiva e hegemônica, muitas vezes sustentadas em discursos de inclusão e equidade, mas na verdade reproduzem práticas preconceituosas que mascaram profundas desigualdades de acesso, permanência e graduação de populações indígenas e afrodescendentes em Instituições de Ensino.

A homogeneização de pessoas e saberes é traduzida de uma forma particular no tratamento das diferenças, reproduzindo práticas e concepções do sistema

monocultural hegemônico (colonial), e abrigando um sistema de exclusões com forte impacto também no mundo educativo. A ausência de políticas de ação afirmativa, a falta de estatísticas específicas a respeito da população indígena e afrodescendente, como também de suas demandas e propostas na defesa e promoção de seus direitos, implica sustentar um silêncio cúmplice que valida interesses cuidadosamente cultivados e sustentados no tempo, e que perpetuam um sistema de distribuição desigual de privilégios e desvantagens.

Refletir sobre esses aspectos permite compreender, dimensionar, desmascarar e assumir esse problema e seu impacto social. Habilita também a geração de práticas concretas em matéria de políticas institucionais, necessárias, verdadeiramente inclusivas e urgentes; à formação de profissionais com forte compromisso social; e o projeto de mecanismos de luta contra a violência racial. Este é o caminho para a reparação de uma falha histórica que a Educação Superior tem para suas comunidades, na eliminação das múltiplas formas de violência interseccionadas e práticas naturalizadas de racismo.

Todo projeto educativo implica um modelo de sociedade. Falar de racismo na Educação Superior implica então nos perguntar o que ensinamos e para quê? Quem participa dos projetos curriculares e quem não participa? Qual tipo de sociedade apostamos em construir? Como se manifesta o racismo em nossas IES? Como impactamos as populações racializadas? O que fazemos com isso? Quais são as ações, propostas e políticas institucionais que existem ou que devemos gerar na luta contra o racismo? Quais são nossas possibilidades de ação e como enfrentar nossas limitações?

As experiências desenvolvidas nas diversas Instituições de Educação Superior que participaram nestas campanhas dão conta do potencial transformador do trabalho conjunto, do trabalho e do esforço desenvolvido pela ação consciente de múltiplos atores dentro do âmbito acadêmico e territorial, que denunciam e colocam em tensões diversas práticas, discursos, micro-violências e culturas institucionais naturalizadas, ao mesmo tempo que enriquecem os processos de luta contra o racismo, como sistema ideológico que estrutura e sustenta relações de poder. Há um longo caminho por percorrer, mas a articulação de ações e visões em nível regional e internacional constituem passos muito importantes nesta direção. O valor de visibilidade é a possibilidade de atuação em consequência.

A princípio cabe destacar que as articulações, laborais e humanas, têm uma magnitude potente e significativa em toda a América Latina e no Caribe. A Primeira Campanha contou com a apresentação de 26 equipes de trabalho pertencentes a seis países da região latino-americana, que desenvolveram suas ações no marco da iniciativa para a erradicação do racismo na Educação Superior. Na Segunda Campanha participaram 24 equipes de dois países, e a Terceira Campanha contou com a participação de 26 equipes de sete países de toda a América Latina. Apresentamos aqui os artigos elaborados por membros de diferentes equipes e suas reflexões sobre as experiências de cada Campanha.

A indiferença também mata. É por isso que valorizamos o trabalho compartilhado das pessoas que participaram dessas campanhas, na convicção de que somente a gestão de redes amplas, plurais, heterogêneas e comprometidas possibilita batalhas com impactos sociais profundos na luta contra o racismo. O trabalho realizado dá conta disso, dos esforços e das conquistas das equipes de trabalho, construtores incansáveis que fazem caminhos para o trânsito coletivo para sociedades e instituições mais justas e equitativas.

A possibilidade de saber o que se desenvolve em outras instituições e comunidades nutre e inspira para redobrar esforços nas próprias propriedades, de gerar novas propostas, de avançar e impulsionar as ações em marcha e alimentar a esperança em que outros mundos são verdadeiramente possíveis. Nos convida a criar, a mudar, e também a reconhecer e valorizar o que há, para pensar o que falta.

Pensamentos, como produtores e reprodutores de determinados conhecimentos, práticas e experiências, nos obrigam a desenvolver uma vigilância epistemológica contínua, a fim de gerar condições para uma aprendizagem que inclua os conhecimentos, sentimentos e vivências dos povos indígenas e afrodescendentes de nossas comunidades educativas e territoriais. Isso implica aceitar que há muito por aprender e que é nosso compromisso ético e político assumir o desafio de eliminar o racismo de nossas instituições, dando a conhecer qual é o grau de prioridade que se dá em nossos estabelecimentos, e garantindo a participação das populações historicamente racializadas para enriquecer nossa qualidade educativa e, por consequência, melhorar nossa formação profissional e cidadã.

A partilha das ações realizadas permite-nos medir a magnitude da ação. Portanto, são espaços educativos e também de resistência. As Instituições de Ensino Superior constituem também espaços onde se dá a nossa existência, portanto, é fundamental rever as formas como as construímos e transitamos para garantir experiências de vida agradáveis a toda a comunidade educativa, dando especial atenção à implementação dos direitos dos indígenas e dos povos afrodescendentes, consagrados em regulamentações nacionais e internacionais, fruto das lutas do ativismo e dos movimentos sociais organizados que têm promovido, exigido e feito campanha pelo reconhecimento efetivo dos direitos que são negados e subjugados.

Os discursos de ódio que perpassam nossas sociedades e são amplificados pela mídia hegemônica impactam o cotidiano daqueles que são objeto desse ódio racial, herdado e reproduzido por diversos dispositivos e agentes de socialização, gerando condições para a concretização e legitimação de múltiplas formas de violência racial. As instituições educativas não podem e não devem ficar alheias a esta dramática realidade e são atores-chave para a transformação social. Modificar as práticas sociais implica transformar os quadros conceituais, que se traduzem em formas específicas de interação social. A consolidação de projetos no combate explícito ao racismo e às suas consequências devastadoras implica assumir um forte compromisso com a desconstrução de práticas políticas e pedagógicas institucionalizadas e naturalizadas, que têm graves consequências nas formações subjetivas e organizacionais a nível social e institucional. Este compromisso e sua árdua tarefa devem ser desenvolvidos numa ação consciente e coordenada com a sociedade como um todo.

Os diversos movimentos de povos indígenas e afrodescendentes vêm promovendo uma multiplicidade de ações territoriais, jurídicas, políticas, mas também epistêmicas e ontológicas dentro de nossas instituições educativas, que disputam significados, que interpelam os discursos nacionalistas, as declarações de ódio, e propõem desde os princípios da autoafirmação, a construção de conhecimentos considerados socialmente válidos, para compreender as formas de conceber e de transitar as relações interpessoais, a partir de suas próprias matrizes de sentido.

A incorporação desses conhecimentos silenciados aponta para uma educação com qualidade, com pertinência cultural, com perspectiva emancipatória. A

adoção de práticas e propostas articuladas ao contexto e à realidade das comunidades onde o conhecimento é criado e transmitido, implica conceber o currículo como experiência subjetiva.

Acompanhar a reivindicação dos direitos culturais, identitários, educativos, econômicos, políticos, linguísticos, espirituais e territoriais das populações indígenas e afrodescendentes de nossa região é uma dívida pendente por parte das instituições estatais, entre elas as educativas. O sistema educativo constitui-se no espaço por excelência para o debate amplo e plural em torno da justiça social.

Nesse sentido, consideramos de fundamental importância ter pontes com os movimentos sociais, e trabalhar dentro e fora de nossas instituições educativas com os diversos atores comunitários, com suas identidades, com suas demandas e também com suas tensões e conflitos, isso é o que nos mobilizou no desafio de pensar uma universidade e IES realmente plurais e com linhas de trabalho e formações também plurais, pensando em, e com a, sociedade na qual se desenvolve.

Isso implica revisar as práticas atuais e gerar condições de maneira conjunta com os atores da comunidade, para que estudantes e representantes indígenas e afrodescendentes encontrem nas instituições educativas aliança na luta contra o racismo. O que fazer, como fazer, o que potencializar e o que remover são perguntas que devem ser respondidas nos aprendizados dialógicos com as comunidades envolvidas. Para isso, é preciso acrescentar vários atores da comunidade, no compromisso coletivo de transformações institucionais e sistêmicas profundas e verdadeiras. Conhecer os direitos, as demandas e a situação atual dos povos indígenas e afrodescendentes é uma tarefa urgente que deve ser atendida e abordada pelas instituições educativas, em todos os níveis, num esforço conjunto.

Neste processo difícil, encontrar, conhecer e visibilizar as múltiplas ações que se desenvolvem ao longo e largo de nosso continente, funciona como motivador para continuar tecendo redes, gerando comunidade, espaços compartilhados e afetivos, trazendo rotas e entrelaçando caminhos para nos acompanhar, como membros do mundo acadêmico que são parte constitutiva de uma sociedade, que ainda padecem os homens de um sistema de opressão racial que produz muitos danos.

Este é o compromisso assumido e o resultado do trabalho comum levado a cabo nas campanhas para a eliminação do racismo na Educação Superior, mas

também na sociedade em seu conjunto. Espalhando sementes que, rompendo a terra infértil do ódio racial, germinam, crescem e se fortalecem. A partir destas reflexões importantes que situam o compromisso ético, político, cultural e social das Campanhas, passamos a apresentar os artigos que constituem nosso Dossiê, enfatizando, de forma sucinta, suas temáticas e proposições, bem como os autores e suas instituições envolvidas.

Maria Nilza da Silva (UEL- Brasil) et al apresentam enriquecedora colaboração em *O Combate ao Racismo na Educação Superior: a experiência dos NEAB's das Universidades Estaduais do Paraná*, trabalho que tem como objetivo apresentar as atividades realizadas conjuntamente por sete universidades estaduais do Paraná na 2ª Campanha de Erradicação do Racismo na Educação Superior da América Latina (2021).

O artigo aborda os impactos do racismo no sistema educacional brasileiro e no Paraná, trazendo, em seguida, as trocas de experiências entre as universidades do Paraná, que propiciaram a criação de redes de apoio e colaboração interinstitucional para o fortalecimento de ações de combate ao racismo na educação superior em diálogo com outras instituições nacionais e internacionais.

O Curso “Academia Preta Decolonial: Epistemologias e Metodologias Antirracistas” é o foco de discussão do texto *Senti-Pensar a Educação Antirracista na Universidade: Academia Preta Decolonial como prática de enfrentamento ao racismo*, das autoras Leila Lima de Sousa (UFMA) e Michelly Carvalho (UFMA). Diante de uma pandemia que expôs ainda mais as disparidades entre negros e brancos, o curso, gestado em 2020, surgiu como caminho de resistência, de articulação política e de mobilização ativista através de plataformas digitais. Nos anos de 2021 e 2022, a Academia Preta Decolonial contribuiu com reflexões e debates, a partir da troca e do compartilhamento de experiências com diversas outras Universidades e iniciativas em vários países da América Latina.

Relato de experiência: campanhas para erradicação do racismo no ensino superior, de Larissa Lacerda Menendez (UFMA- Brasil) e Haydee Mora (Universidad Autónoma de Querétaro- Argentina), traz uma análise das experiências de duas integrantes da equipe de trabalho da Cátedra Unesco Educação Superior, Povos indígenas e Afrodescendentes na América Latina que realizaram apoio e acompanhamento de ações desenvolvidas no período de 2020 a 2022. Os resultados

apresentados demonstram que a campanha possibilitou aos participantes (equipes de apoio) um panorama a respeito do modo como ocorrem as práticas de racismo no ensino superior e orientações para abordar esta temática nas instituições de ensino.

Ana Caroline Amorim Oliveira (UFMA- Brasil) e José Alves Dias (UESB- Brasil) teceram o artigo *Relatos de Experiências sobre a construção das Jornadas de Combate ao Racismo no Ensino Superior*. Os autores apresentam os dois eventos, ocorridos em 2020 e 2022, no formato on-line, envolvendo diversas instituições de ensino, professores, alunos e técnicos comprometidos com a erradicação do racismo nas instituições envolvidas. As Jornadas tiveram como consequências a ampliação do debate e a construção de redes acadêmicas com os movimentos sociais. Tais redes evidenciaram a preocupação com medidas mais rígidas de punição para os crimes de racismo, com critérios mais específicos e céleres de punição ao racismo nas universidades.

Ana Gretel Echazú Böschemeier *et al.* (UFRN- Brasil) trouxeram reflexões, de forma integrada, no artigo *Sul Global em Luta Antirracista: abrindo caminhos para a erradicação do racismo na Educação Superior*, discutindo ações de dois ciclos de atuação voltada para a eliminação do Racismo no Ensino Superior, nos períodos de setembro a dezembro de 2020 (primeiro ciclo) e de outubro a dezembro de 2021 (segundo ciclo). Durante o primeiro ciclo foram abordadas diversas ações inter-institucionais, a partir da articulação em uma rede que envolveu países como Brasil, Guiné Bissau e Argentina. Durante o segundo ciclo, o foco esteve na luta antirracista vinculada à comunidade surda do estado do Rio Grande do Norte, no Brasil. Discutindo atuações na Universidade Estadual de Londrina (Paraná, Brasil), os autores Mônica Kaseker, Wagner Roberto do Amaral, Andréa Pires Rocha e Marleide da Silva Rodrigues Perrude (UEL - Brasil) trazem o artigo *UEL na Luta contra o Racismo: Desafios e perspectivas político-institucionais*. O texto apresenta a experiência da Campanha UEL na luta contra o racismo, provocada a discutir as diferentes expressões de racismo e as estratégias para o seu enfrentamento. Percebe-se que a participação da UEL, assim como de outras 25 universidades de diversos países, compondo a Chamada de Ações na Internet para a Erradicação do Racismo na Educação Superior na América Latina, organizada em 2020 pela Cátedra Unesco Educação Superior e Povos Indígenas e Afrodescendentes na

América Latina, foi fundamental para um posicionamento institucional de combate ao racismo.

Importante texto também componente do presente Dossiê intitula-se *Ubuntu: Subjetivação, Educação e Reconfiguração do Ensino Superior*, de Edson Roberto de Jesus et al, da Universidade Cidade de São Paulo (Brasil). O trabalho objetiva explicitar a vivência acadêmica de um coletivo antirracista composto por graduandos em psicologia de uma universidade privada no estado de São Paulo. Através dos relatos expostos pelos estudantes, nota-se os efeitos da falta de identificação, do sentimento de exclusão e do sofrimento que o racismo causa na sociedade. Considerando tais questões, os autores destacam ser fundamental a existência e resistência de coletivos antirracistas dentro da academia, assim como a realização de diferentes ações para a erradicação do racismo.

Abriendo la Caja Negra del Racismo Estructural: Expresiones de racismo y antirracismo en la Universidad de Antioquia (Medellín-Colômbia), de autoria de Angela Emilia Mena Lozano (UDEA- Colômbia), Ana Rosa Herrera Campillo (Investigadora independente - Colômbia), Isabel Cristina Romaña Salcedo e Lorenzo Fernando Vargas Tello (UDEA- Colômbia), é um artigo que desvela expressões do racismo e como as pessoas reconhecem seus efeitos no âmbito universitário. Os autores demonstram estratégias para o enfrentamento do racismo na universidade, em especial na Colômbia, com ações de formação investigativa, discutindo conceitos e posturas sobre o combate ao racismo na educação superior.

Tejiendo Caminos para Eliminar el Racismo: Pueblos Indígenas y Educación Superior en Colombia, de Oscar Montero (Organização Nacional Indígena da Colômbia), Bastien Bosa (URosario- Argentina) e Bastien Bosa (UniMagdalena- Argentina), traz o desenvolvimento da iniciativa virtual da Organización Nacional Indígena de Colombia (ONIC), em conjunto com a Universidad del Rosario, no segundo semestre de 2020, coletando vozes de estudantes indígenas e não indígenas que participaram das ações. O artigo expõe questões conceituais, estratégias criadas para a eliminação do racismo na Colômbia e as experiências dos estudantes indígenas, criticando as poucas ações das universidades no reconhecimento das diversidades.

Justicia racial en la Educación Superior Cubana: Colaboración internacional desde la Universidad Nacional de Tres de Febrero de Argentina é o texto composto

por Marybexy Calcerrada Gutiérrez (UHO- Cuba), Rafael Lorenzo Martín (UHO- Cuba), Aida Teresa Torralbas Fernández (UHO- Cuba) e Alejandro Torres Gómez de Cádiz Hernández (Representante provincial del Ministerio de Ciencia Tecnología y Medio Ambiente- Cuba). A produção reflete sobre as experiências de participação da Universidad de Holguín na 2ª e na 3ª Campanhas (2021 e 2022), evidenciando fundamentos e ações de transversalização de justiça social e superação da discriminação racial. As ações pautaram-se em legislações cubanas, agendas e convenções internacionais e, em caráter teórico, nas contribuições do pensamento latinoamericano, como a perspectiva decolonial. Em síntese, o trabalho envolveu a realização de um sistema de comunicação, atividades abertas para docentes e ações na pós-graduação.

Gabriela Czarny (UPN-México), Cecilia Navia (UPN-México) e Saúl Velasco (UPN-México) escreveram *Investigación e Intervención sobre Racismo en la Universidad Pedagógica Nacional (UPN - México)*, apresentando resultados de ações desenvolvidas na 2ª e na 3ª Campanhas, nos anos de 2021 e 2022. Como parte dos objetivos estabelecidos no projeto *Laboratorio para la Erradicación del Racismo en la Educación Superior (LERES)*, articulado às questões das Campanhas, foi possível indagar sobre a presença ou a ausência de discursos e práticas racistas na UPN, através de debates educativos. O texto também destaca a análise da relação entre educação intercultural e educação antirracista como propostas que devem integrar todos os programas formativos da instituição.

O artigo *Formando maestros contra el racismo en la frontera norte de México: experiencias y desafíos*, de Hilda Elisa Garza Amaya, Rocío Jazmín Ávila Sánchez e Karina González Galindo (Secretaria de Educação de Tamaulipas - México), traz perspectivas de trabalho com a promoção do conhecimento, da comunicação, da liberdade de ideias como premissas para o combate ao racismo na educação. Os autores apresentam a experiência de Tamaulipas e suas especificidades de migrações constantes para pensar um projeto de formação de professores, direcionado a valores de solidariedade, empatia e interculturalidade. Foram cinco módulos durante o ano de 2022, e na primeira fase participaram 140 estudantes de licenciaturas em Educação Infantil e Primária, destacando a necessidade de erradicação do racismo nos diferentes níveis e modalidades educacionais.

Educación Superior e historias de vida de personas indígenas y afrodescendientes: construyendo puentes desde el enfoque del aprendizaje-servicio en un sistema-mundo racializado, de tessitura de Carlos Corrales Gaitero (PUCE - Equador), Alberto Izquierdo Montero (UNED- Espanha), Alberto Moreno Doña (UV- Chile) e Juan García-Gutiérrez (UNED- Espanha), baseia-se em ação de 2020 composta por três eventos virtuais. Os debates pautaram-se no colonialismo e no legado da escravidão nas Américas. Além disso, a discriminação e as hernaças do racismo foram a tônica da discussão sobre processos de aprendizagem capazes de combater o racismo e a discriminação a partir de marcos de compreensão e interpretação mais amplos e plurais.

Este Dossiê propõe que distintas formas de combate ao racismo sejam evidenciadas, a partir das experiências de inúmeras universidades, organizações e coletivos preocupados com a justiça social, o bem comum e uma vida digna a todas as sociedades. Esperamos que a leitura realce os esforços realizados e seus desafios.

Sobre os autores:

Karla Leandro Rascke: Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora do ensino superior da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Membro do Grupo de Leitoras Carolina. Coordena o Núcleo de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (Nuade-Unifesspa). Colaborador da Iniciativa para a Erradicação do Racismo no Ensino Superior da Cátedra UNESCO de Ensino Superior e Povos Indígenas e Afrodescendentes na América Latina. Pará, Brasil. **E-mail:** karla.rascke@unifesspa.edu.br, **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0003-0580-3737>

María Verónica Miranda: Mestre em Ciência Política e Sociologia; Departamento de Serviço Social, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Nacional da Patagônia, San Juan Bosco, Chubut, Argentina. Colaborador da Iniciativa para a Erradicação do Racismo no Ensino Superior da Cátedra UNESCO de Ensino Superior e Povos Indígenas e Afrodescendentes na América Latina. Chubut, Argentina. **E-mail:** mariavemiranda@gmail.com, **Orcid:** 0009-0004-9946-731X

Henry Steven Rebolledo Cortes: Doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Valência, Universidade de Manizales. Professor e pesquisador da Universidade Nacional Aberta a Distância - UNAD. Colaborador da Iniciativa para a Erradicação do Racismo no Ensino Superior da Cátedra UNESCO

de Ensino Superior e Povos Indígenas e Afrodescendentes na América Latina. Bogotá, Colômbia. **E-mail:** henry.rebolledo@unad.edu.com,
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5336-0972>

Recebido em: 30/10/2023

Aprovado para publicação em: 17/11/2023